

## Cúpula dos Portos da CPLP reunida em S. Vicente

# Estudo de mercado e “Agenda de Luanda” em análise



Representantes do sector portuário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa estiveram reunidos em S. Vicente, nos dias 30 de Setembro e 1 de Outubro, numa reunião preparatória da agenda de trabalhos do III Encontro dos Portos da CPLP, que irá decorrer em Angola, no próximo mês de Dezembro. A par da agenda de Luanda, os participantes fizeram o ponto de situação de um estudo de mercado encomendado à empresa portuguesa “Fordesi”, que irá determinar as potencialidades e as oportunidades de negócio a serem exploradas internamente pelas economias do espaço lusófono.

Como ficou apurado, o estudo regista um atraso, originado, segundo os responsáveis da “Fordesi”, pela demora na recolha de informações essenciais junto de alguns portos. No entanto, ficou assente que a empresa irá fazer um esforço para apresentar um relatório preliminar já no Encontro de Luanda, marcado para 2 e 3 de Dezembro.

“Ficou claro que queremos aumentar o fluxo comercial entre os nossos portos, enfim, criar uma economia CPLP ligada ao mar. Aliás, o Encontro de Luanda vai decorrer exactamente sobre o tema da Economia do Mar, que é bastante vasto”, afirma José Luís Cacho, presidente da APP (Associação dos Portos Portugueses), que se mostrou satisfeito com o nível do debate registado na reunião de Mindelo. Na sua opinião, foram recolhidos subsídios que permitem antever como será o encontro em Luanda.

Esta é também a sensação de Domingos Fontes, director comercial do Porto de Luanda, que se mostra particularmente optimista quanto ao sucesso da próxima reunião da cúpula dos Portos da CPLP. Até porque, em Angola, esses responsáveis vão formalizar a ideia

da criação da Associação dos Portos da CPLP, o que será um dos momentos mais marcantes do encontro, a par da discussão do relatório do estudo elaborado pela “Fordesi”.

“Sem os resultados do estudo, a reunião não vai ter a importância que almejamos”, realça Domingos Fontes, que não definiu ainda se a futura Associação dos Portos da CPLP deve ser exclusivamente dos portos ou se deve abranger as comunidades portuárias. Numa primeira análise, defende que a organização deve enquadrar apenas os portos, mas depois deixa em aberto uma eventual participação dos chamados takeholders, desde que tragam valor acrescentado às metas preconizadas. “Enfim, isso tudo vai depender daquilo que ficar estabelecido nos Estatutos.”

Mas, para Carlos Silva, assessor da Administração dos Portos da Guiné-Bissau, a associação só faz sentido se envolver os operadores portuários. “Sózinhas, os portos não fazem nada!”, afirma Silva, que elogiou igualmente a qualidade da reunião preparatória de Mindelo, que foi agendada na sequência de um encontro anterior realizado em Fortaleza, Brasil.

Adalmir Souza, representante do Brasil junto da Comissão de Portos da CPLP, entende que a mencionada reunião produziu “óptimos resultados” e deixou claro que a futura associação deve pensar no envolvimento das comunidades portuárias no seu seio. “Somos pouco mais que 300 milhões de habitantes na CPLP e registamos ainda uma demanda muito reprimida em termos de trocas comerciais. Temos um mercado que precisa ser explorado; daí a importância do estudo que está sendo elaborado”, reage, quando questionado sobre a necessidade do levantamento encomendado à “Fordesi”.

Na abertura da reunião, Humberto Brito, secretário de estado adjunto do primeiro-ministro, sublinhou que Cabo Verde quer elevar o nível das trocas comerciais com os seus parceiros da CPLP ao patamar das relações institucionais existentes dentro do espaço lusófono. “Se todos os portos desta comunidade se tornarem individualmente mais competitivos a nível internacional, podemos obter sinergias e beneficiar as nossas economias. Se repararmos bem, a nossa área económica exclusiva domina parte considerável do Oceano Atlântico e envolve o Oceano Índico. Podemos criar uma espécie de fileira económica através dos portos dos nossos países e, a partir daí, integrarmos as nossas economias. Todos sairemos a ganhar”, frisou o governante, que viu nesse encontro uma oportunidade para os portos lusófonos reforçarem as bases da competitividade económica do grande espaço marítimo pertencente aos países dessa comunidade linguística.

Por seu turno, o Eng.º Franklim Spencer, PCA da ENAPOR, realçou que Cabo Verde está disposto a colocar a sua posição geoestratégica no Atlântico Médio ao serviço da CPLP, com o intuito de permitir o reforço do comércio externo nesta extensa zona marítima. Ciente das oportunidades comerciais que se vislumbram nesse espaço comum, Spencer defendeu no seu discurso o reforço dos laços institucionais entre os países da comunidade e o desenvolvimento de projectos capazes de reforçar as suas vantagens competitivas, em articulação com o espaço da CEDEAO – Comunidade Económica da África Ocidental.

O IV Encontro dos Portos da CPLP será realizado em Cabo Verde em 2011, em data ainda por definir. O certo é que, nessa assembleia, será criada oficialmente a Associação dos Portos da CPLP.

O IV Encontro dos Portos da CPLP será realizado em Cabo Verde em 2011, em data ainda por definir. O certo é que, nessa assembleia, será criada oficialmente a Associação dos Portos da CPLP.

### Corsino Tolentino fala do IAO, no Mindelo

## Um centro de cooperação e de integração regional

O Instituto da África Ocidental (IAO) foi tema de uma palestra proferida pelo Doutor Corsino Tolentino na cidade do Mindelo, no dia 24 de Setembro, no âmbito das festividades do 28º aniversário da ENAPOR. Tratando-se de uma entidade sub-regional, em fase de implementação, vocacionada especialmente para a área da investigação científica, a Empresa quis proporcionar uma oportunidade à sociedade mindelense para conhecer os meandros desse organismo sub-regional africano, sediado na cidade da Praia.

Criado por Decreto-Lei do Governo de Cabo Verde, em Maio de 2010, o IAO envolveu na sua génese outras quatro entidades: a CEDEAO (Comunidade Económica da África Ocidental), a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental) e o ECOBANK – grupo bancário que opera nesta sub-região e na África Central. “Esta configuração é para garantir que se crie em Cabo Verde um instituto com um nível de credibilidade bastante elevado, logo de início. A presença dessas conceituadas organizações é uma afirmação da consistência e seriedade do projecto”, esclarece Corsino Tolentino, Coordenador do projecto.

Segundo o orador, enquanto centro internacional, o IAO depara-se com quatro incumbências. A primeira é a investigação sobre todos os temas pertinentes para ampliar a cooperação entre os países da África Ocidental e ajudar no processo de integração e de transformação social. A segunda é a formação de jovens nas áreas da investigação de assuntos de relevância para os países-membros da CEDEAO. O terceiro eixo de

actuação será o diálogo sistemático entre os investigadores e os decisores, que podem ser políticos, investidores económicos, agentes culturais e artísticos, etc. Finalmente, o IAO será um Observatório, isto é, uma organização que recolhe, analisa e sistematiza a informação sobre as políticas públicas, nomeadamente sobre a integração regional.

Acrescenta Tolentino que as equipas de investigação serão constituídas por especialistas vinculados a universidades e a instituições consolidadas, de reconhecida idoneidade, dirigidas por autoridades nos temas solicitados. Todo o manancial de conhecimentos adquirido será depois canalizado para os países da CEDEAO e as universidades e colocadas na Internet para consulta geral.

Embora ainda não tenha iniciado as suas actividades, o IAO já foi classificado pela Unesco como um organismo de categoria-2. Este estatuto, segundo Tolentino, representa um ganho enorme para o IAO, que poderá usar o logótipo desse organismo da ONU nos seus documentos, participar na elaboração dos programas quadrienais da UNESCO e concorrer a financiamento dos seus objectivos no espaço da CEDEAO.

Para Tolentino, Cabo Verde pode tirar muitas vantagens do facto de acolher a sede do IAO na cidade da Praia. Enquanto promotor e difusor do conhecimento, diz, pode valorizar a imagem externa do país e permitir a aproximação entre Cabo Verde e o continente africano. Além disso, acrescenta, vai permitir a utilização do português, a par do francês e do inglês, como língua de trabalho.